



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

29/05/2017 ATÉ 29/05/2017

INDÍCE

1	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	1.1 BLOG TUNTUM NEWS.....	1
	1.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	2
2	CNJ	
	2.1 BLOG ATUAL 7.....	3
	2.2 BLOG DO MINARD.....	4
3	COMARCAS	
	3.1 BLOG ABIMAEEL COSTA.....	5
	3.2 BLOG DO NETO FERREIRA	6
	3.3 SITE ASMOIMP COM DUDUZÃO.....	7
4	CONVÊNIOS	
	4.1 IMIRANTE.COM.....	8
5	COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	5.1 BLOG PAULINHO CASTRO.....	9
6	DECISÕES	
	6.1 BLOG DO CLODOALDO CORRÊA.....	10
7	DESEMBARGADOR	
	7.1 BLOG ATUAL 7.....	11
8	EVENTOS	
	8.1 BLOG RANDYSON LAÉRCIO.....	12
9	JUIZES	
	9.1 BLOG DO MACHADO.....	13
10	VARA CRIMINAL	
	10.1 BLOG ABIMAEEL COSTA.....	14
	10.2 BLOG DO NETO FERREIRA	15 16
	10.3 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	17
	10.4 BLOG ISAIÁS ROCHA.....	18
	10.5 BLOG LUÍS CARDOSO.....	19
	10.6 BLOG LUÍS PABLO.....	20
	10.7 IMIRANTE.COM.....	21
	10.8 INTERNET - OUTROS.....	22
11	VARA DA FAZENDA PÚBLICA	
	11.1 BLOG MARCO DEÇA.....	23
	11.2 BLOG PAULO ROBERTO.....	24

Cinco acusados sentam no banco dos réus esta semana em Itapecuru Mirim

29/05/2017 00:00:00

Cinco sessões do Tribunal do Júri, convocadas pela juíza Mirella Cezar Freitas, titular da 2ª vara da comarca de Itapecuru-Mirim serão realizadas a partir dessa segunda-feira, 29, até a próxima sexta-feira, 02 de junho. Os julgamentos acontecem na Câmara de Vereadores do município (Itapecuru-Mirim) e de Miranda do Norte (termo judiciário da comarca).

No primeiro júri da série, Domingos Neres Costa responde pela acusação de homicídio praticado contra Antonio Rogério Batista de Sousa. O crime se deu no dia 9 de outubro de 2015, por volta das 11h30, próximo a um posto de saúde localizado no bairro Torre, no município.

Segundo os autos, na ocasião o denunciado, pilotando uma motocicleta, tentava ultrapassar o caminhão dirigido por José Maria Pereira. Enfurecido por não conseguir o intento, Domingos teria dirigido palavras de baixo calão ao motorista do caminhão, sacando em seguida de uma arma de fogo com a qual disparou 03 (três) tiros contra o mesmo (motorista).

Ainda segundo a denúncia, os disparos não teriam atingido o alvo, mas a vítima Antonio Rogério, que trafegava pela via em uma bicicleta tendo o filho de 08 (oito) anos na garupa. Atingida em cheio no peito por um dos tiros, a vítima morreu antes de chegar ao hospital.

Em interrogatório, o acusado afirmou ter agido em legítima defesa, uma vez que teria sido atacado por José Maria.

Ao longo da semana, os júris dos dias 30 e 31 de maio e 1º e 02 de junho levam ao banco de réus, respectivamente, Obedias Gomes Pinto, Arnaldo da Silva Lima, Antonio Carlos Sobral da Rocha e Carlos Miguel Lopes de Holanda. Entre as acusações, homicídio e tentativa de homicídio.

Envie sua informação, denuncia, sugestão ou critica para nossa redação: jornalistaabimaelcosta@gmail.com
Whatsapp (98) 98175-0173

Secretário de Estado dos Direitos Humanos se manifesta sobre caso de agressão a idosa

27/05/2017 00:00:00

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular divulgou nota sobre o caso de agressão e maus tratos infligidos por Roberto Elisio a sua mãe, pessoa idosa de 84 anos. O secretário de Direitos Humanos [Francisco Gonçalves](#) também se manifestou sobre o caso de tortura.

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

Sobre os maus tratos infligidos por Roberto Elisio a sua mãe, gostaria de fazer alguns comentários:

- a) casos como esse são mais corriqueiros do que se imagina, embora poucas pessoas que têm conhecimento denunciem;
- b) é importante que as denúncias sejam feitas às autoridades competentes ou as ouvidorias, como a Ouvidoria de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Juventude;
- c) casos como esse devem ser apurados e os responsáveis punidos, de acordo com a lei, para que a impunidade não vire salvo conduto para outros atos cruéis e degradantes;
- d) não se pode confundir Justiça com linchamento; são duas coisas diferentes, já que a Justiça não é sinônimo de vingança;
- e) o fato de se tratar de Justiça não significa condescendência com atos de tortura e tratamento cruel contra pessoa idosa e vulnerável. Não podemos minimizar fatos como esse, que exigem nossa indignação e a aplicação pedagógica da Justiça e das medidas de proteção aos direitos dos idosos.

***Francisco Gonçalves é secretário de Estado de Direitos Humanos**

Nota do Ministério Público do Maranhão

Na manhã da última sexta-feira, 26, Roberto Elísio Coutinho de Freitas, 51, foi preso pela Polícia Civil a pedido do titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso, José Augusto Cutrim Gomes, e da titular da Delegacia do Idoso, Iglia Freitas. O investigado foi flagrado em vídeo, agredindo a própria mãe, de aproximadamente 80 anos.

Decretou a prisão do agressor, que foi encontrado em um condomínio no bairro Planalto Vinhais II, a juíza Oriana Gomes, titular da 8ª Vara Criminal da capital.

A idosa está sendo assistida e acompanhada pelo núcleo psicossocial do Ministério Público do Maranhão.

Além da prisão preventiva, a Justiça decretou medida protetiva para a idosa, estando o filho proibido de se

aproximar da genitora.

O pedido de prisão preventiva do Ministério Público do Maranhão (MPMA) foi baseado no Estatuto do Idoso e na Lei de Tortura.

Após a conclusão do inquérito, o MPMA poderá ajuizar Ação Penal contra o agressor.

Envie sua informação, denúncia, sugestão ou crítica para nossa redação:
jornalistaabimaelcosta@gmail.com Whatsapp (98) 98175-0173

MP do Maranhão indica Cassius Chai para concorrer ao CNJ

29/05/2017 19:52:38

O Ministério Público do Maranhão indicou o promotor de Justiça Cassius Guimarães Chai para concorrer à composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relativa ao biênio 2017/2019.

Candidato único, ele obteve 94 votos de promotores e procuradores de Justiça que votaram na eleição realizada na última sexta-feira 26.

Pelo trâmite, o chefe da Procuradoria-Geral de Justiça, Gonzaga Júnior, deverá agora encaminhar o nome do promotor maranhense ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Sarneysistas tentam empurrar Roseana para a Assembleia Legislativa

29/05/2017 12:47:15

Sarneysistas que não têm coragem de enfrentar na corrida majoritária o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), apontam desde a semana passada para a desistência em tentar convencer a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB) de que ela poderia levar a melhor numa eventual disputa contra o comunista nas urnas, em 2018.

Após quase seis meses sem sucesso falando em nome de Roseana, a oligarquia resolveu mudar a rota e, [em vez de continuar a sustentar uma falsa candidatura, permitir um cisma desnecessário dentro da família](#) ou provocar o suicídio do grupo numa eventual entrada dupla na majoritária, pelo menos garantir à ex-governadora a reconquista de foro no Judiciário, por meio de um possível mandado na Assembleia Legislativa do Maranhão.

E ainda há outros benefícios que seriam alcançados e abrangeria todo o grupo.

Pelo plano, Roseana ainda caminharia pelos municípios do Maranhão como liderança estadual ao lado de seu irmão e ministro do Meio Ambiente Sarney Filho, prestando-lhe musculatura à raquítica pré-candidatura ao Senado Federal; carregaria outros candidatos com facilidade para a Assembleia; e ainda posaria de madrinha do [nome que o PMDB apoiará para o governo estadual](#).

O clã acredita que, de todas as cartas postas na mesa ? não é de baralho ?, a que pode mais agradar Roseana a entrar novamente no jogo eleitoral é a possibilidade real que a peemedebista tem de escapar do promotor [Lindonjonson Sousa](#) e da juíza [Oriana Gomes](#), e ser protegida diretamente pelos aliados no Tribunal de Justiça do Maranhão.

Desde que Flávio Dino assumiu o Palácio dos Leões, a ex-governadora tem sido bombardeada por uma série de investigações e processos criminais e por corrupção, que de forma inédita a tornaram ré e só não a levaram até agora para a prisão por força oculta de desembargadores amigos.

Eventualmente eleita deputada estadual, a ex-governadora ganharia o brinde constitucional do foro por prerrogativa de função, passível de abertura de inquérito somente pela Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) e com poder de autorização para início de qualquer investigação apenas pelo TJ-MA.

Decisão que proíbe aumento da tarifa de ônibus continua valendo

29/05/2017 18:14:48

Desembargadora Ângela Salazar manteve decisão da primeira instância proibindo aumento de passagem no primeiro ano de contrato

Não há o que se falar sobre aumento de passagens do transporte coletivo de São Luís neste momento. Houve uma greve também no início deste ano e foi novamente suscitada a possibilidade de reajuste da passagem. Acontece que o transporte coletivo de São Luís hoje é regido por um contrato com direitos e deveres bem definidos.

No início do ano, a Justiça acatou o pedido da prefeitura proibindo a possibilidade de aumento até o final do primeiro ano de contrato, como regeu a licitação. O juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, determinou que as empresas Primor, Consórcio Upaon Açú, Consórcio Taguatur - Central, São Miguel de Uberlândia e Expresso estão proibidas de reajustar as tarifas.

O SET entrou com o agravo de instrumento da decisão no Tribunal de Justiça. No mês de abril, a desembargadora Ângela Salazar negou provimento ao recurso e manteve o direito da prefeitura de não colocar sequer em discussão o aumento da passagem até o final do primeiro ano do contrato. O prazo expira em setembro deste ano.

Ou seja, o litígio entre rodoviários e empresários deve ser resolvido entre eles, com concessões de ambas as partes. Mas o reajuste da tarifa está proibido pelo contrato da licitação ratificado por decisão judicial. O descumprimento da decisão gera multa de R\$ 500 mil por dia.

Rodoviários marcaram greve para segunda-feira. Aumento de tarifa não está em jogo

Em carta aberta, juízes e promotores se pronunciam contra a corrupção no Maranhão

29/05/2017 10:56:13

Ao término do Seminário sobre Improbidade Administrativa e Crimes Contra e Administração Pública, encerrado sexta-feira (26), juízes, promotores, delegados de polícia, defensores públicos e demais participantes divulgaram uma "carta aberta", assinada pelo Movimento Maranhão Contra a Corrupção, em que se posicionam em relação ao combate desses crimes, no Estado.

Na carta, os participantes, "cientes do momento histórico por que passa o país", destacaram a "importância da participação efetiva de todas as instituições do sistema de justiça e também de cada cidadão para a mudança do patamar ético na administração pública".

Também pontuaram que tal mudança "precisa acontecer em todas as relações sociais e pessoais" e, por isso, entendem ser necessário "o lançamento de algumas ideias gerais e outras específicas para as instituições do sistema de Justiça; todas voltadas à construção de uma sociedade pautada na ética e probidade na administração pública e na vida de cada cidadão".

A carta conclui que, "por entenderem a gravidade dos danos causados pela corrupção, reiteram a priorização dos processos relativos ao tema como forma de intensificar a prevenção e punição daqueles que se desviam da ética na administração pública".

Veja a íntegra do documento divulgado:

COMISSÃO SEMINÁRIO MARANHÃO CONTRA CORRUPÇÃO 2018:

JUÍZES: Josane Braga, Rodrigo Tercas, Glaucia Maia, Anelise Reginato, Carlos Alberto Matos Brito

"Carta Aberta do Movimento Maranhão contra a Corrupção"

"Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e dezessete, os Juizes e Promotores e Justiça, Procuradores de Contas, Delegados e demais participantes do Seminário sobre Improbidade Administrativa e Crimes Contra e Administração Pública, depois de três dias de palestras e intensas discussões com enfoques diversos sobre o tema proposto, reunidos em plenária, no auditório José Filgueiras no Fórum da Capital, cientes do momento histórico por que passa o país, importância da participação efetiva de todas as instituições do sistema de justiça e também de cada cidadão para a mudança do patamar ético na administração pública.

Por outro lado, conscientes de que igual mudança precisa acontecer em todas as relações sociais e pessoais, entendem ser necessário o lançamento de algumas ideias gerais e outras específicas para as instituições do sistema de justiça; todas voltadas à construção de uma sociedade pautada na ética e probidade na

administração pública e na vida de cada cidadão.

Assim, resolvem declarar que:

- a) O controle social de políticas públicas é importante instrumento de prevenção de desvios na administração pública e precisa ser exercido de forma mais intensa em todos os entes e poderes do Estado;
- b) A corrupção que sempre existiu em todos os regimes só foi exposta de forma escancarada na democracia. Assim, a superação dos desvios éticos e ilícitos visíveis neste momento histórico somente poderão ser superados com o aprofundamento da Democracia, liberdade de manifestação e plena vigência do Estado Democrático de Direito, com instituições cada vez mais fortes e independentes;
- c) O direito à saúde, educação, previdência, assistência social, meio ambiente equilibrado, segurança pública e outros previstos em nossa Constituição Cidadã de 1988 são direitos humanos violados em decorrência da corrupção e sua plena efetividade depende de uma sociedade mais solidária, mas igualmente da probidade na administração pública e da atitude de cada cidadão que recuse os pequenos atos de desonestidade na sua vida cotidiana;
- d) Os profissionais do sistema de justiça, presentes no Seminário sobre Improbidade Administrativa e Crimes Contra e Administração Pública de 2017, entendem que o bom exemplo é transformador e por este motivo reiteram seu firme propósito de conduzir em sua atuação de forma a respeitar sempre o direito ao contraditório e ampla defesa, mas manejando instrumentos previstos na Constituição e leis de tal forma a não permitir que os ilícitos praticados na gestão de recursos públicos sejam premiados com a impunidade; com ênfase na recuperação de bens e/ou valores desviados;
- e) Por fim, por entenderam a gravidade dos danos causados pela corrupção, reiteram a priorização dos processos relativos ao tema como forma de intensificar a prevenção e punição daqueles que se desviam da ética na administração pública".

COMISSÃO SEMINÁRIO MARANHÃO CONTRA CORRUPÇÃO 2018:

JUIZES: Josane Braga, Rodrigo Tercas, Glaucia Maia, Anelise Reginato, Carlos Alberto Matos Brito

PROMOTORES: Gabriele Gadelha, Gabriela Tavernard, Nahyma Abas, Ana Tereza Freitas, Joao Leonardo Pires Leal

DELEGADOS DE POLÍCIA: Gabriel Carvalho e Neves, Marcelo Freitas, Jacqueson Ferreira Alves dos Santos.

ADVOCACIA PÚBLICA: Alexsandro Rahbani

Promotor maranhense Cassius Chai é indicado para compor o CNJ

O promotor de justiça Cassius Guimarães Chai foi indicado pelo Ministério Público do Maranhão para concorrer à composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relativa ao biênio 2017/2019.

Candidato único, Cassius Chai obteve 94 votos de promotores e procuradores de justiça que votaram na eleição realizada na última sexta-feira, 26. O procurador-geral de justiça encaminhará o nome do candidato ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

O processo de escolha foi coordenado pela Comissão Eleitoral formada pela procuradora de justiça e subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Mariléa Campos dos Santos Costa, que a presidiu, e pelos promotores de justiça Nacor Pereira dos Santos e João Leonardo Pires Leal.

A eleição aconteceu em clima de tranquilidade. Os promotores de justiça Márcio Thadeu Silva Marques e Fabíola Faheina Fernandes Ferreira abriram a votação, com a averiguação da zerésima.

Zerésima é o nome dado ao relatório emitido pelo sistema de computação das urnas eletrônicas, com a finalidade de comprovar que nenhum voto foi computado no sistema antes do início da votação. Cada urna eletrônica, na ocasião da apuração, deve estar acompanhado por uma zerésima.

A tomada de votos aconteceu por meio de cédula eletrônica disponibilizada pelo site do MPMA, mediante utilização de login e senha para acesso à intranet. Segundo o analista ministerial Ricardo Coelho, servidor lotado na Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação do MPMA – setor que idealizou todo o processo de votação eletrônico, a plataforma de votação eletrônica é um projeto construído sobre as mais avançadas exigências de segurança e privacidade, garantindo o sigilo dos votos e a inviolabilidade da urna digital.

“Toda a comunicação é criptografada e a validação dos dados do eleitor é confrontada com a base de autenticação do Ministério Público, antes de permitir o acesso à solução. Ou seja: apenas membros e servidores autorizados podem ter acesso ao sistema”, explicou.

Ricardo Coelho acrescentou, ainda, que os horários de abertura e encerramento da urna digital são agendados e o processamento é totalmente automatizado. *“Por se tratar de uma solução em nuvem, a totalização dos votos é instantânea, automática e auditável, não permitindo margem para qualquer possibilidade de alteração dos dados”, detalhou.*

Polícias militares são presos por homicídio em Imperatriz

29/05/2017 17:47:49

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência Estadual de investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa - SHPP, em operação conjunta com a 10ª Delegacia Regional de Imperatriz, desencadeou na manhã desta segunda-feira (29), a Operação Diamante Negro, em Imperatriz.

Na ocasião, foram cumpridos três mandados de prisão temporária expedido pelo juiz Marcos Antônio Oliveira, em desfavor de policiais militares Brenno Duarte Bezerra, John Mike Barros de Sousa e Jack Helson Nascimento Assunção, sendo dois do Estado do Maranhão e um do Estado do Pará.

Segundo a polícia, o trio praticou crime de homicídio.

Também foram cumpridos mandados de busca e apreensão em suas residências.

Justiça mantém prisão do homem que agrediu a própria mãe idosa

29/05/2017 17:21:02

Após uma audiência de custódia, realizada no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, a juíza Oriana Gomes, da 8ª Vara Criminal, decidiu manter a prisão do advogado Roberto Elísio Coutinho de Freitas, 51 anos, acusado de agredir física e psicologicamente a mãe, Joseth Coutinho Martins de Freitas, de 84 anos de idade.

As agressões foram flagradas em vídeos, que foram publicados na internet, e chocaram a população de São Luís. Uma equipe composta por policiais, assistentes sociais e psicólogos na manhã de sexta-feira (26) foi até a residência da idosa para levá-la para fazer os exames periciais.

A delegada Iglia Freitas declarou que a vítima apresentava sinais de violência, principalmente na mão direita e no pescoço. A audiência de custódia foi realizada no fim da manhã desta segunda-feira (29) e Roberto Elísio já foi levado de volta para Pedrinhas, onde se encontra desde o dia dos vazamentos dos vídeos, que aconteceram na quinta-feira da semana passada.

A juíza Oriana Gomes foi também responsável pela determinação da prisão do acusado na semana passada. Segundo o Ministério Público do Maranhão, a idosa está sendo assistida e acompanhada pelo Núcleo Psicossocial do Ministério Público. Após a conclusão do inquérito, o MPMA poderá ajuizar Ação Penal contra o agressor.

Do Estado do Maranhão

Filho que agrediu mãe vai para audiência em fórum de São Luís

29/05/2017 15:29:00

Nesta segunda-feira (29), o bacharel em Direito, Roberto Elísio Coutinho, foi visto chegando para uma audiência no Fórum desembargador Sarney Costa, localizado no Calhau, em São Luís. Ele estava acompanhado de um agente do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Elísio está preso desde sexta-feira (26), quando foram divulgados vários vídeos nos quais ele é flagrado agredindo a própria mãe de 84 anos.

O caso ganhou ampla repercussão nas redes sociais, na imprensa local e nacional.

Entenda o caso

Roberto Elísio Coutinho foi preso, na manhã desta sexta-feira (26), na cidade de Raposa, por força de um mandado de prisão preventiva, expedido pela juíza Oriana Gomes, titular da 8ª Vara Criminal da capital - unidade judicial competente para julgar ações que envolvem idosos.

Ele foi flagrado agredindo a mãe, de 84 anos. Roberto confirmou as agressões, e alegou que sofre de problemas mentais e por isso maltratou a própria mãe.

Os vídeos foram gravados pela companheira do agressor que não teve o seu nome revelado. A idosa foi encaminhada nesta sexta ao Instituto Médico Legal (IML), onde realizou exames.

O caso gerou ampla repercussão nas redes sociais, e na imprensa local e nacional.

O bacharel em Direito foi apresentado na sede da Secretaria de Segurança Pública e, em seguida, recambiado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Segundo o promotor José Augusto, se condenado, Roberto pode pegar até 20 anos de prisão pelos crimes de tortura, ameaça, e agressão verbal e física.

Vídeo da tarde: Roberto Elisio é conduzido ao Fórum para prestar depoimento

Preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas desde a última sexta-feira, o bacharel em Direito Roberto Elisio Coutinho Freitas, 51, foi conduzido por policiais nesta segunda-feira ao Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, para prestar depoimento.

Elisio foi ouvido pela juíza Oriana Gomes, titular da 8ª Vara Criminal da capital e responsável pela decretação da sua prisão preventiva.

O bacharel em Direito ficou conhecido nacionalmente depois que vídeos nos quais ele aparece agredindo a mãe, a professora aposentada Joseth Coutinho Freitas, de 84 anos, vazaram em grupos de mensagem e nas redes sociais.

Nas imagens, é possível verificar que Elisio aparece trajando o uniforme do presídio.

Mantida prisão de homem flagrado agredido a mãe

29/05/2017 16:53:10

SÃO LUÍS - Após uma audiência de custódia, realizada no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, a juíza Oriana Gomes, da 8ª Vara Criminal, decidiu manter a prisão do advogado Roberto Elísio Coutinho de Freitas, 51 anos, acusado de agredir física e psicologicamente a mãe, Joseth Coutinho Martins de Freitas, de 84 anos de idade. As agressões foram flagradas em vídeos, que foram publicados na internet, e chocaram a população de São Luís. Uma equipe composta por policiais, assistentes sociais e psicólogos na manhã de sexta-feira (26) foi até a residência da idosa para levá-la para fazer os exames periciais. A delegada Iglia Freitas declarou que a vítima apresentava sinais de violência, principalmente na mão direita e no pescoço.

A audiência de custódia foi realizada no fim da manhã desta segunda-feira (29) e Roberto Elísio já foi levado de volta para Pedrinhas, onde se encontra desde o dia dos vazamentos dos vídeos, que aconteceram na quinta-feira da semana passada.

A juíza Oriana Gomes foi também responsável pela determinação da prisão do acusado na semana passada. Segundo o Ministério Público do Maranhão, a idosa está sendo assistida e acompanhada pelo Núcleo Psicossocial do Ministério Público. Após a conclusão do inquérito, o MP-MA poderá ajuizar Ação Penal contra o agressor.

Ajuda

O Disque 100, canal da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, os conselhos Estadual e Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso, Delegacia do Idoso, Promotoria do Idoso do Ministério Público, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (Ciapvi) da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) são órgãos de ajuda e servem para denunciar a violência contra o idoso.

A coordenadora do Ciapvi, assistente social Isabel Lopizic, disse que o centro é onde a pessoa idosa recebe acompanhamento psicológico, com encaminhamento aos órgãos de atenção. Em casos de agressões físicas, por exemplo, o encaminhamento é feito à Delegacia do Idoso.

Comissão de Direitos Humanos pediu e homem que agrediu a mãe sai de Pedrinhas

Membros da Comissão de Direitos Humanos estiveram no sábado no complexo Penitenciário de Pedrinhas, mais precisamente na cela onde estava o detento Roberto Elísio Coutinho de Freitas, por ter agredido a mãe Joseth Martins de Freitas para saber se ele estava tendo garantido a sua integridade física e moral. Eles pediram a transferência dele para um outro local, o que de fato aconteceu. Ele foi transferido para uma cela no UPS - 3, que fica no bairro do Coqueiro, na zona rural.

O clima em pedrinhas ficou tenso desde o momento em que o agressor foi preso e passou a ocupar uma cela sozinho naquele complexo presidiário. Presos ficavam gritando durante a noite que queriam fazer uma visita a ele.

Então, após os apelos da Comissão de Direitos Humanos, desde ontem que Roberto Elísio foi transferido para uma cela, onde fica sozinho, na chamada Regional São Luís, que é um presídio de segurança máxima onde estão só os bandidos perigosos e chefes de facções, mas nenhum terá acesso a ele.

Bacharel em Direito, Roberto Elísio foi filmado pela própria esposa agredindo a mãe, 84 anos, que é professora aposentada do UFMA e do Estado, além de ter uma aposentadoria do falecido marido que era auditor fiscal. O rendimento chega a R\$ 38 mil mensais, mas por causa de empréstimos contraídos pelo filho, ficou recebendo apenas R\$ 12 mil.

Quem denunciou Roberto à Delegacia do Idoso foi o próprio filho dele que levou as imagens. A partir daí a promotoria pediu a prisão do bacharel, bem como a Delegacia do Idoso, que foi acatado pela 8ª Vara Criminal. Ele foi preso na tarde de sexta-feira.

Nesta segunda-feira (29), o bacharel em Direito, Roberto Elísio Coutinho, foi visto chegando para uma audiência no Fórum desembargador Sarney Costa, localizado no Calhau, em São Luís. Ele estava acompanhado de um agente do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. No final da Audiência de Custódia, a prisão dele ficou mantida.

Homem que agrediu a própria mãe tem prisão mantida pela Justiça

Roberto Elísio Coutinho de Freitas, 51 anos, preso na última sexta-feira (26), [acusado de agredir sua própria mãe de 84 anos](#), continuará no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A decisão pela manutenção da prisão foi da juíza a Oriana Gomes, da 8ª Vara Criminal, após audiência de custódia, que ocorreu na manhã de hoje (29), no Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro do Calhau.

Na ocasião, foi determinada, ainda, a realização de perícia para saber se o acusado sofre de algum transtorno mental. Ele, que foi à audiência sem advogado, alega ser esquizofrênico.

Já a vítima, que passou por exames na sexta-feira (26), está sendo assistida e acompanhada pelo núcleo psicossocial do Ministério Público. No momento, ela está sob cuidados do neto, filho do agressor.

Eduardo Braide convida prefeito para reunião no Mercado do Anjo da Guarda

O deputado Eduardo Braide (PMN) rebateu os secretários municipais Lula Fylho e Ivaldo Rodrigues, em discurso na sessão desta segunda-feira, 29, na Assembleia Legislativa.

Esta foi a tréplica do parlamentar em relação à polêmica sobre a reforma do Mercado do Anjo da Guarda.

Desde a semana passada, uma emenda parlamentar no valor de R\$ 400 mil, destinada pelo deputado para reforma do Mercado do Anjo da Guarda, tem sido motivo de debate entre ele e os auxiliares do prefeito Edivaldo Júnior. ([Releia aqui e aqui](#))

- Na sexta-feira passada, o secretário municipal de Governo (Lula Fylho), por meio de uma emissora de rádio, disse que a obra de reforma do Mercado do Anjo da Guarda, já teria projeto aprovado e o valor de R\$ 5 milhões assegurados pela empresa Vale. O secretário mentiu. Em contato com representantes da Vale, obtive a informação de que a reforma do mercado ainda não foi iniciada, simplesmente porque a prefeitura não apresentou o projeto no valor a ser viabilizado pela empresa. E o mais grave: diferente do que falou o secretário na entrevista, a Vale confirmou a mim - hoje mesmo - que o valor máximo a ser disponibilizado para a reforma do mercado, é de R\$ 3 milhões e não de R\$ 5 milhões, como ele [Lula Fylho] anunciou. Ou seja, o secretário mentiu duas vezes - destacou Braide.

Em relação ao secretário Ivaldo Rodrigues, Eduardo Braide disse que "se já existe projeto e recursos assegurados para a reforma do mercado, como este afirmou em vídeo nas redes sociais, porque o titular da pasta de Agricultura do município não repassou essas informações à Justiça, na Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público?".

- O Município de São Luís, ao não incluir o cronograma de reformas de feiras e mercados no Plano Plurianual e, além disso, não repassar demais informações acerca de projetos existentes para reformas de feiras e mercados, fez com que a

juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública, em decisão datada de 3 de maio de 2017, determinasse a remessa de cópias do processo da Ação Civil Pública à Promotoria Especializada em Improbidade Administrativa, para que sejam apuradas possíveis condutas irregulares de gestores da Prefeitura - afirmou.

Eduardo Braide finalizou o discurso no Grande Expediente, propondo uma solução definitiva ao convidar o prefeito de São Luís para uma reunião com os comerciantes do Mercado do Anjo da Guarda.

- Nunca pensei que ajudar a Prefeitura de São Luís fosse tão difícil e complicado. Mas quero aqui, publicamente, convidar o prefeito Edivaldo Holanda Júnior para - a qualquer dia e hora - irmos juntos conversar com os comerciantes do Mercado do Anjo da Guarda. São eles que devem decidir o destino da emenda de R\$ 400 mil que indiquei para a reforma daquele espaço, que precisa urgentemente de recuperação e condições adequadas de trabalho - encerrou.

A Comarca de Pinheiro recebe evento da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que contará com audiência pública e uma programação com exposições dialogadas, palestras, explicações e curso para os conselheiros tutelares da região. O evento - que ocorrerá nesta terça-feira (30), no Centro de Cultura José Sarney (Rua José Anastácio, s/n, Centro, próximo ao Fórum), com a participação de promotores, defensores e juizes da comarca - será coordenado pelo desembargador José de Ribamar Castro, presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA.

De acordo com o desembargador José de Ribamar Castro, ao levar esse tipo de evento às comarcas do interior, a Coordenadoria visa promover, na comunidade, maior conscientização sobre os direitos da criança e do adolescente e a importância do combate aos crimes e abusos contra esse público. "O objetivo é despertar o interesse, tanto dos órgãos públicos quanto da comunidade, para a questão do abuso contra menores", afirma. PROGRAMAÇÃO - As atividades começam às 9h, com a apresentação do projeto "Cuidar", pelo defensor público estadual, Jean Carlos Nunes Pereira. Em seguida, terá a exposição dialogada "As medidas socioeducativas em meio aberto no Maranhão", apresentada pelo técnico de Referência da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Glécio Sandro Leite da Silva.

A programação segue com a explanação sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, com o promotor de Justiça da Infância, Márcio Tadeu Silva Marques. Logo após, será proferida a palestra "O Depoimento Especial no Maranhão", pelo desembargador José de Ribamar Castro. Haverá ainda a explanação sobre o Depoimento Especial em Pinheiro, pela juíza Tereza Cristina Franco Palhares Nina, e a entrega da premiação para os vencedores do concurso de redação com o tema "Quando o silêncio fala".

No período da tarde, será ministrado o curso "Noções Básicas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente", pelo técnico Glécio Sandro Leite da Silva aos conselheiros tutelares da região.

A programação inclui também a exposição fotográfica "Mãos Dadas", que visa incentivar a reflexão acerca da defesa e proteção dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, sensibilizando a sociedade quanto à importância do tema, através do olhar diferenciado dos fotógrafos - profissionais e amadores.

DEPOIMENTO ESPECIAL - A comarca receberá ainda novos equipamentos para a Sala de Depoimento Especial, que promove a oitiva de crianças e adolescentes vítimas de abusos, de forma humanizada e buscando reduzir os danos.

O desembargador José de Ribamar Castro apresentará as normas da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. A mencionada lei cria também mecanismos para prevenir e coibir a violência, definindo medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência, estabelecendo a obrigatoriedade do depoimento especial a partir de 2018.

Eduardo Braide visita Mercado do Anjo da Guarda e anuncia emenda parlamentar para reforma

O deputado Eduardo Braide visitou o Mercado do Anjo da Guarda. Na ocasião, apresentou aos comerciantes, a autorização da sua emenda parlamentar, no valor de R\$ 400 mil (quatrocentos mil reais), destinada a reforma do espaço.

“Já estive aqui outras vezes conversando com quem trabalha e com quem vem aqui comprar qualquer produto. A reclamação é sempre a mesma e com razão: as condições do mercado. Não é possível permitir que as pessoas ganhem seu sustento ou comprem seus alimentos em um espaço sem condições adequadas. E o pior, é que essa não é uma realidade só daqui”, declarou o deputado.

O Mercado do Anjo da Guarda é um dos 27 pontos apontados na Ação Civil Pública (ACP) do Ministério Público do Maranhão (MPMA). No início do mês de maio, a juíza Luzia Madeiro Neponucena, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública, determinou - a partir dessa solicitação - que o Município de São Luís, por meio da Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento apresentasse no prazo de 10 dias, o cronograma detalhado de reforma, ampliação e adequação das feiras e mercados públicos da capital.

“Independentemente de qualquer coisa, todos nós temos que dar a nossa parcela de contribuição para uma cidade, um estado melhor. Por isso hoje vim aqui cumprir com o meu papel como deputado estadual. Apresentei aos comerciantes do Mercado, a autorização da emenda parlamentar de minha autoria, no valor de R\$ 400 mil (recursos estaduais), destinada à Prefeitura de São Luís, para tratar de forma emergencial da reforma do mercado. O prefeito de São Luís já foi informado sobre a destinação do recurso. Espero que o projeto seja apresentado o mais breve possível pela Prefeitura, para que o espaço seja requalificado para os comerciantes e clientes. Agora, não tem mais desculpa da falta de recursos. É trabalhar”, finalizou Eduardo Braide.

JUIZ DESTACA PRÁTICAS NO SISTEMA DE JUSTIÇA PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO

O juiz Marcelo Santana Farias (1ª Vara de Lago da Pedra), abordou a história, a prática e as perspectivas do combate à corrupção em palestra no Fórum de São Luís, nesta sexta-feira (26), durante o II Seminário “Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública”, promovido por membros do Judiciário, Ministério Público Estadual e de Contas que atuam no “Movimento Maranhão contra a Corrupção”.

Em sua palestra, o juiz situou historicamente o combate à corrupção, fez uma reflexão disciplinar, destacando as teorias mais relevantes sobre o tema, falou das perspectivas e do momento atual, enfatizando a Operação “Lava Jato”, deflagrada pela Justiça Federal em 2014 e hoje em sua 41ª fase.

Na retrospectiva histórica, o juiz demonstrou que o Poder Judiciário nasceu como um braço do Estado em favor do Estado, tanto imunizando as práticas corruptas dentro do próprio Estado, quanto atuando como mecanismo de controle contra as classes mais baixas. Nesse contexto, afirmou que o primeiro passo do magistrado no combate à corrupção é ter uma visão mais crítica da história e do seu papel no combate à corrupção e priorizar a ação contra os crimes praticados pelos mais poderosos.

“Tanto o Judiciário quanto o sistema de execução penal acabam deixando imunes os crimes de colarinho branco e os poderosos. Crimes todos cometem, mas os crimes do colarinho branco são pouco investigados, de uma forma ou de outra; seja por omissão, ou pela seleção dos crimes menos graves”, ressaltou o juiz.

Como modelo a ser seguido no combate à corrupção, o juiz recomenda aos magistrados e ao sistema de execução penal incorporar a logística da Operação Lava Jato: seguir o rastro do dinheiro roubado; utilizar a prisão preventiva, quando necessária; e blindar decisões e sentenças e os pedidos do Ministério Público e da Polícia Judiciária, de forma a evitar a sua reforma. Também recomendou a adoção de medidas específicas durante o período eleitoral, como o bloqueio de verbas e proibições de saques durante o período eleitoral, medida essa tomada pelo próprio juiz, na comarca de Lago da Pedra. E, ainda, a publicidade das decisões.

LEIS - Marcelo Farias destacou algumas propostas e inovações no campo legislativo, citando, dentre outras, o advento da Lei do Abuso de Autoridade (nº 4.898/1965); da Lei de Repatriamento de Ativos (nº 13.254/2016); as Propostas e Emenda Constitucional Nº 62/2015 e 117/2015; o Projeto de Lei nº 4.372/2016 que propõe alterar o instituto da delação premiada; a criação da Comissão da Câmara dos Deputados para elaboração do Novo Código de Processo Penal (PL nº 8045/10); as tentativas de anistia ao “Caixa 2” e, por último, a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o foro por prerrogativa de função.

Abertas inscrições para casamento comunitário para casais de Tuntum e Santa Filomena.

O juiz da Comarca de Tuntum, Dr. Edmilson da Costa Lima comunica que estão abertas as inscrições até o próximo dia 23 de junho as inscrições para o Casamento Comunitário 2017 da Comarca de Tuntum, que será realizado no dia 29 de junho as 18:00 horas no Club Tubarão.

Os casais interessados de Tuntum e Santa Filomena devem se dirigir ao Cartório Extrajudicial do 2º Ofício da Comarca de Tuntum, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, na rua Frederico Coelho, 250 Centro de Tuntum, com os seguintes documentos:

Carteira de Identidade (RG)

CPF

Comprovante de Residência atual

Certidão de Nascimento (solteiros)

Certidão de Casamento com averbação de divórcio (divorciados)

Certidão de Casamento com anotação de registro de óbito do cônjuge (viúvo ou viúva).

Os noivos que não assinam o nome deve apresentar quatro testemunhas maiores de 18 anos, e os que assinam o nome precisam de apenas duas testemunhas, todas com RG e CPF.

Parceria da CGJ leva informações aos casais participantes da 26ª Ação Global

IMIRANTE.COM, COM INFORMAÇÕES DA CGJ-MA

29/05/2017 às 13h07

O grande casamento comunitário de São Luís acontece no segundo semestre de 2017.

SÃO LUÍS - Durante as inscrições para o grande casamento comunitário de São Luís, realizadas nesse sábado (27), durante a 26ª Ação Global na Cidade Universitária da UFMA, os casais participantes tiveram a oportunidade de assistir às palestras informativas oferecidas por meio de parceria da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER); Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC); e Ouvidoria, todos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

O juiz Alexandre Abreu, coordenador do NUPEMEC, iniciou a série de palestras abordando o tema Educação Financeira e os Métodos de Renegociação de Dívidas, e apresentou a sistemática adotada pelo Núcleo de Solução de Conflitos na realização do Balcão da Negociação, projeto que trata do consumidor inadimplente, buscando soluções de demandas financeiras, incluindo a recuperação de crédito e eliminação de inadimplência.

Nessa oportunidade foram lançados vídeos esclarecendo o funcionamento dos Centros de Conciliação e orientando consumidores em situação de inadimplência, sobre a melhor forma de resolução das dívidas. “Creio que essa tenha sido uma boa oportunidade para o Judiciário prestar contas de suas ações para a sociedade, esclarecendo serviços e direitos do cidadão”, enfatizou o magistrado.

Ao final Alexandre Abreu abriu para perguntas, com uma interação imediata do público. Vanessa Pestana, que foi ser testemunha de um casal no procedimento de inscrição para o casamento comunitário, questionou o magistrado sobre as “listas negativadas” mantidas por instituições financeiras, mesmo depois da dívida paga. “Infelizmente esse problema é recorrente, e orientamos às pessoas que busquem seus direitos, seja por meio do PROCON, ou dos Centros de Conciliação, pois se não existe restrição cadastral, há comprovação de renda; não tem porque a instituição negar o crédito”, finalizou o juiz.

A Coordenadoria Estadual da Mulher (CEMULHER) apresentou toda a estrutura de trabalho empregada no Maranhão. A analista judiciária Josemary Almeida falou sobre os projetos e atividades desenvolvidos desde 2011, ano que foi instituída, pela Resolução TJ-MA de nº 30, em atendimento aos termos da Resolução nº 128 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para a analista, a parceria pioneira da CGJ com o CEMULHER oportuniza a divulgação de informações sobre uma problemática que atinge todas as classes sociais.

A servidora pontuou as principais ações do CEMULHER: Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano, Projeto Cine Mulher, Semana Estadual de Valorização da Mulher, e a coordenação, no Maranhão, do programa Justiça Pela Paz em Casa, que já impulsionou, em 7 edições, mais de 12 mil processos relacionados à Violência Doméstica. “O Poder Judiciário, por meio de um conjunto de ferramentas para o combate à violência doméstica e familiar através da articulação com a Rede de Enfrentamento, está preparado para dar proteção à mulher” ressaltou.

O CEMULHER é presidido pela desembargadora Ângela Salazar. As juízas Selecina Henrique Locatelli, Rosária de Fátima Almeida Duarte, Suely de Oliveira Santos Feitosa, e Ana Paula Silva Araújo, auxiliam a desembargadora nos trabalhos.

A servidora Neusa Burak, secretária da Ouvidoria do Tribunal de Justiça, falou sobre as atribuições deste canal de atendimento do Judiciário à sociedade. “O Telejudiciário é uma subdivisão da Ouvidoria, presta informações, agenda serviços como a inscrição para o casamento comunitário, e recebe reclamações que são remetidas à Ouvidoria, para o devido tratamento”, explicou.

Durante a apresentação, a secretaria respondeu perguntas do público, e exibiu um vídeo institucional que destaca as atribuições e formas de acesso a este canal de comunicação permanente e direto com a sociedade.

Atendimento

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER); o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC); e a Ouvidoria do Tribunal de Justiça, realizaram mais de 100 atendimentos relacionados às suas áreas de atuação.

Justiça mantém prisão do bacharel em direito flagrado agredido a mãe idosa de 84 anos

SÃO LUÍS - Após uma audiência de custódia, realizada no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, a juíza Oriana Gomes, da 8ª Vara Crimal, decidiu manter a prisão do advogado Roberto Elísio Coutinho de Freitas, 51 anos, acusado de agredir física e psicologicamente a mãe, Joseth Coutinho Martins de Freitas, de 84 anos de idade. As agressões foram flagradas em vídeos, que foram publicados na internet, e chocaram a população de São Luís. Uma equipe composta por policiais, assistentes sociais e psicólogos na manhã de sexta-feira (26) foi até a residência da idosa para levá-la para fazer os exames periciais. A delegada Iglia Freitas declarou que a vítima apresentava sinais de violência, principalmente na mão direita e no pescoço sendo assistida e acompanhada pelo Núcleo Psicossocial do Ministério Público. Após a conclusão do inquérito, o MPMA poderá ajuizar Ação Penal contra o agressor.

Ajuda O Disque 100, canal da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, os conselhos Estadual e Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso, Delegacia do Idoso, Promotoria do Idoso do Ministério Público, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (Ciapvi) da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) são órgãos de ajuda e servem para denunciar a violência contra o idoso. A coordenadora do Ciapvi, assistente social Isabel Lopizic, disse que o centro é onde a pessoa idosa recebe acompanhamento psicológico, com encaminhamento aos órgãos de atenção. Em casos de agressões físicas, por exemplo, o encaminhamento é feito à Delegacia do Idoso

Acusado de agredir mãe idosa entra em audiência de custódia

Acontece nesta segunda-feira (29) a audiência de custódia do bacharel em direito Roberto Elísio Coutinho, acusado de agredir fisicamente sua mãe idosa.

A agressão foi reportada em primeira mão pelo **Portal Página 2** na semana passada. Um vídeo feito pela esposa do acusado e divulgado por seu sobrinho mostra os maus tratos de Coutinho contra sua mãe aposentada, de 84 anos.

Roberto Elísio foi denunciado pelo Ministério Público por tortura e agressão, com base na Lei de Proteção ao Idoso. Em um vídeo, ele foi visto chegando ao Fórum Desembargador Sarney Costa para sua audiência de custódia.

O acusado estava preso em Pedrinhas, mas foi transferido ontem (28) para a Regional São Luís, após pedidos da Comissão de Direitos Humanos.

Amigos e familiares prepararam manifestação no dia da audiência do assassino da jovem Nayara Paixão no Fórum de Justiça de Imperatriz

28/05/2017 00:00:00

Amigos e familiares da jovem Nayara Reis Paixão, covardemente assassinada a mando e com participação do ex-namorado, Gedeon Abreu, prepara uma manifestação em frente ao Fórum de Justiça de Imperatriz na próxima terça-feira (30), as 14h, onde acontecerá a audiência de pronúncia do caso.

O crime aconteceu no dia 07 de Novembro de 2016, na Rua XV de Novembro no momento em que a jovem saia do trabalho pra casa, quando foi assassinada a tiros.

Amigos e familiares estão unindo forças para manifestar a favor da manutenção de Gedeon Abreu na prisão. Segundo um dos familiares da vítima, é justo e necessário que ele continue preso e pague pelo crime que cometeu.

"Convidamos a todos amigos, familiares e a população imperatrizense para juntos vim manifestar com a gente para que esse criminoso pague pelo crime covarde que ele cometeu, nesta terça-feira (30), as 14h, no Fórum de Justiça de Imperatriz", convida um dos familiares da vítima.

80 mil pessoas receberam atendimentos na Ação Global

29/05/2017

Aumento no número de pessoas beneficiadas no mutirão solidário realizado este fim de semana foi de 45%, em comparação ao ano passado; atividades foram realizadas na Cidade Universitária Dom Delgado, na UFMA

SÃO LUÍS - A 24ª edição da Ação Global, realizada sábado, dia 27, pelo Serviço Social da Indústria (Sesi), entidade do Sistema Fiema, e Rede Globo/TV Mirante, no campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), superou as expectativas e o público de 2016. Segundo a organização, cerca de 80 mil pessoas foram beneficiadas durante o dia de mutirão solidário. Em comparação ao ano passado, houve um aumento de 45% no total de pessoas que foram ao Ação Global 2017, superando a marca de 258 mil atendimentos, 17% a mais que na edição anterior.

O tema desta edição da Ação Global foi “Qualidade de vida para toda a família”. A expectativa dos organizadores era atender cerca de 50 mil pessoas para usufruir de serviços gratuitos nas áreas de Cidadania, Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Beleza e Qualidade de Vida, mas a meta acabou sendo superada.

Pessoas de diferentes bairros da capital se deslocaram até a estrutura montada na Cidade Universitária Dom Delgado da UFMA em busca de ações de cidadania, como emissão de diversos documentos, entre os quais carteira de identidade, CPF, título eleitoral e carteira de trabalho. Na sala de atendimento do Procon várias pessoas desejavam tirar a carteira de identidade.

A área que concentrou o maior número de atendimentos foi a de qualidade de vida na qual, sobretudo as mulheres procuraram serviços como cortes de cabelo e limpeza de pele. Outro serviço que atraiu muita gente foi a oferta de nutricionistas, pelo Município, para esclarecimentos sobre as melhores formas de alimentação. O público também acompanhou, por exemplo, a exibição de protótipos desenvolvidos pela turma de robótica do Sesi. Outras atividades que chamaram a atenção foram a oficina de pintura de rosto e a roda de leitura.

Serviços de saúde

Como ocorre em todas as edições da Ação Global os serviços de saúde tiveram uma grande procura. Crianças, jovens, adultos e idosos procuraram serviços de saúde nas áreas de clínica geral, pediatria, ginecologia, mastologia, urologia, odontologia, oftalmologia, dermatologia e vacinação. Este ano, 300 senhas foram distribuídas para a oftalmologia e todos os pacientes atendidos receberão óculos gratuitamente. Quem precisou de alguma medicação também recebeu o remédio totalmente gratuito, logo após a consulta.

Serviços que estavam disponíveis pela primeira vez também tiveram grande público. Foi o caso do atendimento prestado pela Defensoria Pública do Estado (DPE). Durante o evento, a DPE ofereceu atendimento jurídico e repassou, de forma lúdica, informações acerca de direitos do consumidor. A DPE também atendeu casais que queriam se divorciar. Até o ano passado, apenas os casais que pretendiam oficializar a relação poderia dar entrada no processo por meio da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), que mais uma vez foi parceira do evento, ajudando centenas de casais a realizarem seu sonho. A cerimônia do casamento comunitário acontece no segundo semestre.

O Ação Global é realizado desde 1995 e é uma ação de cidadania para a população ter acesso a serviços como a emissão de documentos, exames médicos e odontológicos, além de atividades culturais, de esporte, lazer e orientação educacional, dentre outros. Até 2011, a Ação Global acontecia na sede do Sesi, na BR-135, mas a partir de 2012 a atividade passou a ser realizada na Cidade Universitária Dom Delgado, na UFMA.

De acordo com a superintendente do Sesi, Roseli Ramos, a Ação Global mais uma vez fortaleceu as políticas de cidadania. “Fizemos, mais uma vez, uma aula de cidadania, ao oportunizar vários serviços a uma população que, normalmente, precisa enfrentar vários obstáculos para ter benefícios”, disse.

Em 2016, um total de 55.300 pessoas foram beneficiadas com 219.106 atendimentos, sendo a maior quantidade na área de qualidade de vida, que registrou um total de 112.430 assistências. Na área da saúde, as ações somaram 62.340. Um total de 9.182 pessoas foi beneficiado com serviços em cidadania e 24.448 em educação. Outros serviços somaram 10.706. A edição do ano passado da Ação Global já havia superado todas as expectativas, com 206 parceiros, 250 serviços e 3.378 voluntários.

Continue lendo no

link: <http://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/05/29/80-mil-pessoas-receberam-atendimentos-na-acao-global.shtml>